INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Cerimónia de Entrega do Prémio Gulbenkian para a Humanidade 2023

19 julho 2023, Grande Auditório

Encontramo-nos aqui, hoje, véspera do aniversário da morte de Calouste Gulbenkian, para entregar o Prémio Gulbenkian para a Humanidade ao seu vencedor. O Prémio é atribuído a instituições ou pessoas singulares que se têm distinguido no modo como procuram contrariar, moderar, ou publicamente expor, os efeitos das alterações climáticas no globo. O Prémio é pedra angular de uma das duas prioridades que regulam o que na Fundação fazemos: a sustentabilidade. A outra prioridade é a equidade. Ambas resultam de uma reconfiguração estratégica da actividade da Fundação, a que no último ano nos dedicámos, a qual, se de algum modo inova, programaticamente mantém muito daquilo que sempre fizemos. A escolha destas prioridades pouco tem de inédito: a generalidade das fundações europeias elegeu também a sustentabilidade como finalidade do que faz, e, tal como nós, todas elas consideram decisivo o impacto social de qualquer iniciativa que promovam.

O sentido de palavras como sustentabilidade e equidade não é, todavia, unívoco, e pode ser objecto de acepções diversas. O sentido primeiro de sustentabilidade é, hoje, manifesto, avivado pela urgência de inverter o que a evidência científica e empírica tem tornado claro: a previsão bem-fundada de que o planeta se tornará, a não muito longo prazo, inabitável para a espécie. O papel das fundações na resposta a esta crise - muitas vezes descrita como uma ameaça “existencial” a toda a vida sobre a Terra - é decerto mais modesto daquele que deverá ser assumido pelos Estados e pelos agentes económicos (que o têm, aliás, assumido, mesmo se desigualmente, e a ritmos diferentes). O papel das fundações passa, por exemplo, por exercer um esforço contínuo de persuasão alargada, por criar projectos de literacia no domínio ambiental.

Esse esforço de persuasão deverá, naturalmente, dirigir-se desde logo aos cépticos, aos que disputam ou ignoram, de modo jovial ou cínico, a evidência disponível.

Um interessante exemplo deste esforço de persuadir os não-convertidos é o de uma organização não-governamental britânica, feito num país desenvolvido do Pacífico Sul [a Austrália], projecto que a Fundação Gulbenkian tornou possível. Para algumas das pessoas que essa ONG aí contactou, a questão das alterações climáticas é remota no espaço e no tempo. O apelo que lhes é feito a que considerem o bem-estar dos seus filhos e netos parece-lhes abstracto ou distante, como lhes parece pouco convincente o convite a que se mostrem solidários com os habitantes de pequenos arquipélagos do Pacífico que correm o risco de vir a desaparecer submersos. Quando, no entanto, são questionados sobre as mudanças do ritmo das estações e do tempo atmosférico a que têm assistido no lugar onde vivem, logo aumenta a sua abertura a considerarem o impacto das alterações climáticas. Idêntica abertura se constata, num outro país do hemisfério norte [no Sul dos Estados Unidos], entre membros de denominações religiosas que no seu literalismo bíblico recusam a ciência, quando lhes é dado reflectir como o palco terrestre da Criação tem vindo a ser poluído, desfigurado pelos humanos. Considerações deste tipo, motivadas por preocupações locais, tornam-se, assim, um promissor início de conversa. Estes exemplos coexistem, como seria de esperar, com projectos mais estruturados, como é o caso daquele que a Fundação está prestes a iniciar com cerca de uma dezena de municípios, visando a elaboração de objectivos e medidas que os coloque em linha com a redução global prevista de 1.5º. Ou o de um outro projecto, que em breve iniciaremos, que tem como propósito aumentar o envolvimento comunitário da população do país nas questões que afectam o clima e os oceanos, questões que muitos de nós reconhecem como sendo de importância maior, sem todavia nos ser claro que tipo de intervenção local possa ser a nossa. Este tipo de intervenção, habitualmente potenciado, noutros países, pela actividade de organizações não-governamentais, depara-se, em Portugal, com uma dificuldade que queremos ajudar a suprir:a da reduzida escala e sub-financiamento das organizações não-governamentais que actuam neste domínio. Envolvimento cívico e comunicação fiável são aqui indissociáveis. O envolvimento cívico de pessoas singulares não é uma modalidade fraca de intervenção que contraste desfavoravelmente com a intervenção forte que esperamos dos poderes públicos: o IPPC (Intergovernmental Panel on Climate Change), vencedor da terceira edição do Prémio Gulbenkian para a Humanidade, considera que um público comprometido com as questões ambientais poderá reduzir as emissões do efeito de estufa numa percentagem de 40 a 70%, até ao ano 2050. Salvar o planeta é agora, na fórmula simples de David Attenborough, um problema de comunicação.

Seria interessante incluir também aqui uma descrição do que pretendemos fazer no domínio da equidade. Apenas o referirei de passagem. “Equidade” denota, no que pretendemos fazer, menos a positividade de um programa pleno do que o propósito de contrariar ou diminuir desigualdades sociais de acesso a bens públicos. Exemplo maior deste propósito é o de um dos mais bem-sucedidos serviços na história da Fundação, o de bolsas de estudo, em que o número de estudantes do ensino superior que apoiaremos ao longo dos cinco anos da sua formação, passou de 85, em 2022, para 550, em 2023. A todos estes estudantes será ainda dada a possibilidade, a que só 2% deles têm até agora tido acesso, de participar durante um semestre no programa de mobilidade Erasmus.
Em programas e projectos no domínio da equidade, por seu turno, ênfase será dada, num programa específico, à saúde perinatal das crianças nos três meses anteriores à nascença e nos três meses que se lhe seguem; à maior vinculação da relação entre mães e crianças nos primeiros três anos de vida; à saúde mental dos adolescentes que a recente pandemia agravou; e, por fim, à criação de programas que assegurem aos mais velhos a possibilidade de disporem de cuidados em casa, e não em contextos institucionais, que com demasiada frequência se revelam desumanos. Estes programas estão em fase inicial; outros se seguirão.

Gostaria, para concluir, de retomar o ponto que inicialmente fiz de como o sentido de sustentabilidade não é unívoco, mesmo se parece claro o seu sentido primeiro: o do que deverá ser o modo de existência de sociedades e pessoas, se de facto pretendemos reverter o curso actual de alterações climáticas. Se este sentido ambiental da palavra não denota tudo o que a Fundação faz, isso deve-se à grande amplitude do que ela em si contém: um museu, uma biblioteca de arte, um jardim, e um centro de arte moderna que reabrirá na Primavera de 2024; um instituto de investigação científica em processo de autonomização; uma orquestra e um coro, e um serviço de música responsável por uma temporada de concertos notável; um programa de cultura cuja realização mais recente, o Jardim de Verão, trouxe à Fundação públicos que têm estado historicamente ausentes, num exemplo adicional do virtuoso colapso, ocorrido nas últimas décadas, da secular distinção entre “alta cultura” e culturas vernáculas ou vulgares.

Sustentabilidade e equidade denotam, de modo lato, duas características essenciais de um mundo que se pretenda habitável. E o que o torna habitável é algo mais do que aquilo que a arte, a ciência e a cultura preservam e transmitem. É aquilo que, na arte, na ciência e na cultura, é contínuo com o mundo corrente, com a experiência de todos os dias, com o mundo das pequenas coisas. Seria uma pena perdê-lo. Talvez, por isso, se nos imponha hoje o que, em meados do século passado, alguém descreveu como a "obrigação moral de ser inteligente".
Obrigado.

António Feijó